



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONVÊNIO Nº 03/2020

CONVÊNIO Nº 03/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001080-15.2015.6.22.8000

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO) E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ANAJUS), PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAIS DOS SERVIDORES DO TRE-RO.

De um lado a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado **CONVENIENTE**, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – ANAJUS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.619.521/0001-04, situado na SEP 504 Bl. B, Edifício Virgo, sala 311, Asa Norte, CEP: 70.730-522, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 3425-3366, (61) 3425-3367 e (61) 99984-5323, e-mail(s): contato@anajus.org.br, neste ato representada por seu Presidente, senhor **WALFREDO CARLOS FERNANDES CARNEIRO**, brasileiro, casado, Analista Judiciário, portador da Cédula de Identidade RG 1420126/DGPC-GO e do CPF 060.265.208-13, doravante denominada **CONVENIADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante autorização constante no Despacho n. 1200/2020/GABDG, de 10/08/2020 (evento [0567400](#)) e consoante as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a autorização para consignar, facultativamente em folha de pagamento, a rubrica relativa à mensalidade destinada à manutenção dos serviços oferecidos pela **ANAJUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**.

Subcláusula Primeira - As consignações em folha, objeto do presente instrumento, serão **FACULTATIVAS** e obedecerão ao disposto na legislação pertinente, e serão descontadas, sob a autorização prévia e formal dos interessados.

Subcláusula Segunda - Poderão ser contribuintes, devidamente associados, os servidores ativos, inativos e pensionistas da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

Subcláusula Terceira – No Anexo I deste instrumento foi reproduzido o Plano de Trabalho relativo ao presente objeto.

DOS VALORES

CLÁUSULA SEGUNDA – Os valores das contribuições a título de mensalidade, devidos pelos servidores do TRE-RO à **CONVENIADA**, serão estabelecidos em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 9º do Estatuto da **ANAJUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**.

Subcláusula única – Em caso de alteração dos valores definidos no Estatuto, estes deverão ser informados previamente à **CONVENIENTE**, com prévio conhecimento do servidor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REPASSE

CLÁUSULA TERCEIRA - A relação discriminativa dos valores a serem consignados à CONVENIADA deverá ser entregue no Protocolo do TRE-RO até o 5º (quinto) dia útil do mês referente à consignação, sob pena de ser objeto de desconto na folha de pagamento do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - A CONVENIENTE recolherá à CONVENIADA, mensalmente, o total de consignações recolhidas em nome da Conveniada ANAJUS.

Subcláusula única - Os Dados para depósito das contribuições em favor da CONVENIADA - ANAJUS são:

I - Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério Público da União - ANAJUS, CNPJ: 09.619.521/0001-04, na pessoa de seu representante legal; e

II - Dados bancários: Banco do Brasil S/A nº 001, Agência Sudoeste nº 3380-4, Conta Corrente nº 32.282-2.

DAS CONSIGNAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - A soma mensal das consignações facultativas do consignado não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) da sua remuneração, provento ou pensão, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para prestação de serviços de saúde, na forma prevista no inciso I do art. 5º da IN TRE-RO n. 03/2009.

CLÁUSULA SEXTA. As consignações facultativas poderão ser canceladas:

I – por interesse da Administração deste Tribunal;

II – por interesse do Consignatário, expresso por meio de solicitação formal acompanhada de ciência do Consignado; e

III – a pedido do Consignado, acompanhado de comprovante de ciência da entidade Consignatária, mediante expediente dirigido à Secretaria de Gestão de Pessoas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - Independentemente do instrumento celebrado entre o consignatário e o consignante, será deferido pedido de cancelamento de consignação formulado pelo servidor, com cessação do desconto no mês em que for formalizada a solicitação ou no mês subsequente, na hipótese de já estar concluído o processamento da folha de pagamento.

Subcláusula Segunda - As consignações previstas no inciso III somente poderão ser canceladas com prévia concordância do servidor e do consignatário.

Subcláusula Terceira - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do TRE/RO por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo consignado junto à CONVENIADA.

Subcláusula Quarta - Serão recusados os encaminhamentos de valores a serem consignados que não se coadunem com os termos autorizados pelo consignado ou que se refiram a serviços diversos daqueles especificados no presente instrumento.

Subcláusula Quinta - É vedado qualquer tipo de ressarcimento, compensação, encontro de contas ou acertos financeiros, em folha de pagamento, entre consignatário e consignado que resulte em créditos nas fichas financeiras do servidor ou pensionista.

Subcláusula Sexta - No caso de desconto indevido, o servidor deverá formalizar termo de ocorrência junto à Secretaria de Gestão de Pessoas a que esteja vinculado, no qual constará a sua identificação funcional e exposição sucinta dos fatos.

Subcláusula Sétima - A comprovação de que a consignação tenha sido processada com vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude impõe ao titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, ou seu substituto, o dever de cancelar a consignação e promover a apuração da irregularidade, quando for o caso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - O processamento das consignações facultativas de que trata este instrumento poderá ser objeto de ressarcimento de seus custos administrativos.

Subcláusula Nona - Os valores decorrentes do ressarcimento de que trata o *caput* serão destinados a um fundo próprio consoante regulamentação específica.

Subcláusula Décima - As partes se comprometem a guardar sigilo das informações e dos dados postos a sua disposição para a execução deste instrumento, não podendo serem cedidos a terceiros ou divulgados de qualquer forma, sem a anuência expressa dos envolvidos.

DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

CLÁUSULA SÉTIMA – Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, a CONVENIENTE fica obrigada a comunicar o fato à CONVENIADA, imediatamente.

Subcláusula única – A responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base empréstimo/financiamento concedido por meio deste instrumento, será assumido inteiramente pelo ex servidor ou por seus representantes legais para esse fim constituídos, podendo a CONVENIADA, a seu critério, respeitando os termos descritos no Contrato assinado particularmente com cada um dos servidores-clientes interessados, valer-se de todos os meios jurídicos disponíveis para obter a importância devida.

DA GRATUIDADE DESTE INSTRUMENTO E DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES AO TRE-RO

CLÁUSULA OITAVA – Este instrumento é realizado em caráter gratuito entre as partes Acordantes e cada uma das PARTES arcará exclusivamente com as despesas inerentes às obrigações por elas assumidas neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por inadimplência ou por descumprimento de qualquer compromisso financeiro ou obrigacional contraído pelos beneficiários das consignações indicadas neste instrumento, ofertadas pela ANAJUS.

Subcláusula Segunda – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por eventual dano que quaisquer beneficiários deste instrumento ou terceiros causem à ANAJUS.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – Este instrumento terá a vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e não poderá ser prorrogado.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente instrumento poderá ser alterado em seus termos ou condições, mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e condicionado ao comum acordo entre as partes, mediante formalização do respectivo Termo Aditivo.

DA DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O não cumprimento, total ou parcial, deste instrumento por qualquer das partes, ensejará a sua denúncia pela parte prejudicada, com sua rescisão, mediante prévia comunicação escrita à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à parte denunciada o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

DA RESCISÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente instrumento poderá ser rescindido por ambas as partes, a qualquer tempo, devendo a outra parte ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, no TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão realizadas pelo(a) titular da Coordenadoria Técnica de Pagamento – COTEP, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, cujo contato pode ser feito por meio do telefone (69) 3211-2020 e do e-mail institucional cotep@tre-ro.jus.br.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- São obrigações da CONVENENTE:

- a) Operacionalizar, na forma estabelecida neste instrumento, a consignação à CONVENIADA dos valores relativos aos descontos, em folha de pagamento, desde que observados todos os requisitos e limites estabelecido no presente instrumento; e
- b) Fiscalizar o cumprimento dos dispositivos do presente instrumento.

Subcláusula única – O CONVENENTE não será, em qualquer hipótese, avalista, fiador em garantia ou subscritor de proposta de concessão de empréstimo, financiamento e operação de *leasing* para qualquer servidor.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - São obrigações da CONVENIADA:

- a) Fornecer ao TRE-RO todos os dados relativos à identificação de cada consignante, bem como o valor da contribuição mensal a ser descontada em folha de pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Assumir, juntamente com o consignante, todas as obrigações decorrentes da contribuição mensal, resolvendo com o servidor, por via amigável ou judicial, quaisquer dissídios eventualmente registrado; e
- c) Comunicar tempestivamente à CONVENIENTE qualquer modificação nas normas que regem o objeto deste instrumento, o que ensejará assinatura de termo aditivo próprio.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 45 da Lei 8.112/1990 e no art. 116 da Lei 8.666/1993, e aplicam-se a este e aos casos omissos, no que couber, as demais disposições das Leis mencionadas, assim como dos Decretos Federais 3.297/1999 e 8.690/2016, da Instrução Normativa nº 003/2009 – TRE/RO, e, subsidiariamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro).

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma do Parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar as questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes acordantes e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 12 de agosto de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	WALFREDO CARLOS FERNANDES CARNEIRO Pela ANAJUS
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO CONVÊNIO N. 03/2020/TRE-RO

PLANO DE TRABALHO

**PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM
FOLHA DE PAGAMENTO E OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS**

Interessado
Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério Público da União - ANAJUS CNPJ: 09.619.521/0001-04 SEPN 504 Bl. B, Ed. Virgo, sala 311, Asa Norte - Brasília - DF, CEP n. 70.730-522
Objeto
Consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia a sindicatos e associações de classe.
Meta
Ampliar a liberdade associativa dos servidores do TRE-RO
Etapas de Execução
Execução Contínua
Previsão do período de execução do objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Início: junho de 2020
Término: maio de 2025
Plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso
Não se aplicam
Documento assinado eletronicamente por RUBEM PINTO DE MELO, Coordenador(a) , em 08/06/2020, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao informando o código verificador 0545312 e o código CRC 4A571B28



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/08/2020, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALFREDO CARLOS FERNANDES CARNEIRO, Usuário Externo**, em 13/08/2020, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/08/2020, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 17/08/2020, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0569224** e o código CRC **B60BD3BA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 12/08/2020 13:24:22.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001080-15.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União - ANAJUS

ASSUNTO: Análise – Minuta de convênio – consignação de rubrica relativa à mensalidade – Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério Público da União – ANAJUS.

PARECER JURÍDICO Nº 149 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente ao ajuste de convênio feito entre Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério Público da União - ANAJUS e o Tribunal Regional eleitoral de Rondônia - TRE-RO, com objetivo de autorizar a consignação em folha de pagamento das contribuições do servidores associados (Remessa nº 252/2020 – PRES/DG/SGP/COTEP - [0545315](#)).

02. Para instrução do feito foi juntado e-mails ([0540702](#) e [0545284](#)) sobre a renovação do Convenio nº 03/2015 ([0028424](#)), Ofício nº 27/2020 com manifestação de interesse ([0545286](#)), Ata da Assembleia Extraordinária da ANAJUS realizada em 06/07/2019 ([0545290](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhista ([0545292](#)), Certidão Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União ([0545295](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0545295](#)), Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica ([0545298](#)), Certificado de Regularidade do FGTS- CRF ([0545300](#)), documentos pessoais dos representantes ([0545301](#) e [0545304](#)), Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA ([0545310](#)) e Estatuto Social da dita associação ([0545309](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. A Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP, nos termos do Parecer nº 42/2009-CCIA ([0545311](#)), elaborou o Plano de Trabalho COTEP ([0545312](#)), no qual contém dados do interessado do convênio pleiteado, descrição de seu objeto, suas metas, suas etapas de execução, previsão do período de execução do objeto e a informação de inaplicabilidade de plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso.

04. Na Remessa nº 608/2020 –PRES/DGSGP/GABSGP ([0546014](#)), o secretário de gestão de pessoas manifestou-se favorável ao documento citado para regularização e renovação de convênio com a ANAJUS, e submeteu os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC para elaboração da minuta do convênio.

05. Recebidos os autos, o titular da SAOFC, direciona os autos à Seção de Contratos – SECONT para elaboração da minuta de convênio para eventual formalização com a ANAJUS, e, após, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da GABSGP para a devida manifestação e prosseguimento do feito, conforme Despacho nº 980/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFV ([0546246](#)).

06. Em seguida, a SECONT anexou aos autos a Minuta SECONT [0563177](#), aduzindo que utilizou as informações constantes nos documentos diversos juntados. Assim, instruídos, remeteu os autos à esta AJDG para análise ([0563185](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Inicialmente, cabe registrar que convênio, segundo Sidney Bittencourt, em seu livro Contratos da Administração Pública, pode ser conceituado acordo celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre estas e entidades privadas, com objetivo de concretizarem interesse comum, no qual não há qualquer tipo de contraprestação, mas tão-somente a mútua colaboração.

08. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de convênios da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, **convênios** ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (sem grifo no original)

09. Pois bem. Analisando a minuta juntada quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

10. Em relação à forma, embora se trate de instrumento jurídico, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (sem grifo no original)

11. Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

minuta sob análise, também atende, no que forem compatíveis, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

12. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, realização de consignação de contribuição mensal da associação dos servidores mencionada.

13. A esse respeito, o art. 45 da Lei nº 8.112/91 estabelece:

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá **haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros**, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em **regulamento**. (sem grifo no original)

14. O Decreto Federal nº 8.690/2016, revogador do Decreto Federal nº 6.386/2008, regulamentou o artigo 45 da Lei nº 8.112/90. Tal diploma infralegal dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

15. A par disso, o tema das consignações em folha de pagamento é tratado neste órgão pela IN TRE/RO nº 003, de 07/04/09. Este diploma regulamentador criou regras de inafastável aplicação, observadas na minuta em análise.

16. Por derradeiro, feitas essas ponderações, faz-se necessário examinar se estão presentes nos autos os documentos exigidos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para celebração de convênios, nos termos do que prescreve o item 9 do Parecer 042/09 da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria - CCIA - deste Tribunal:

- Plano de Trabalho: evento [0545312](#);
- Comprovação das condições mínimas de regularidade da instituição para contratar com a Administração Pública, a saber: certidões de regularidade junto ao FGTS ([0545300](#)), contribuições previdenciárias, Tributos Federais, Dívida Ativa da União ([0545295](#)), Estadual (**ausente**), Municipal (**ausente**) e Justiça do Trabalho ([0545292](#));
- Constituição regular da Associação: eventos [0545290](#), [0545301](#), [0545304](#) e [0545309](#);
- Negativação junto ao CADIN: **ausente**.

17. Quanto à publicação de seu extrato, a cláusula décima sétima prescreve que será realizada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, homenageando, portanto, o princípio da publicidade, bem como atende o item 9, letra “f” do Parecer nº 42/2009-CCIA ([0545311](#)).

III – DA CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, entende-se que o ato pretendido pela Administração está albergado pelo **art. 45 da Lei nº 8.112/90, as disposições do Decreto Federal nº 8.690/2016 e da Instrução Normativa TRE/RO nº 003/2009.**

19. Por sua vez, a minuta juntada aos autos ([0563177](#)) **encontra-se em conformidade** com a situação que se pretende regular, e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a aplicação da Lei nº 8.666/93, estando apta, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, para cumprimento do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** seus termos.

20. Alerta-se que, previamente à celebração da parceria, deverá vir aos autos a complementação da documentação necessária indicada no item 9 do Parecer 042/09 - CCIA da ANATA e apontada no item 16 deste parecer para firmar a parceria pretendida com este órgão público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

21. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 28/07/2020, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 28/07/2020, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0563763** e o código CRC **A8A55CED**.

0001080-15.2015.6.22.8000

0563763v5

Criado por 014827562356, versão 5 por 004891562321 em 28/07/2020 17:32:47.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001080-15.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União - ANAJUS

ASSUNTO: Convênio para consignação de desconto em folha de pagamento da rubrica relativa à mensalidade destinada à manutenção dos serviços oferecidos pela ANAJUS.

DESPACHO Nº 1200 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de solicitação de novo Convênio feita pela Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Público da União – ANAJUS com este Tribunal Regional eleitoral de Rondônia (TRE-RO), com objetivo de autorizar consignação, facultativa em folha de pagamento, a rubrica relativa à mensalidade destinada à manutenção de seus serviços, tendo em vista a proximidade do fim da vigência do convênio anterior ([0545286](#)).

Foram juntados aos autos os seguintes documentos: Ata da Assembleia Extraordinária da ANAJUS realizada em 06/07/2019 ([0545290](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhista ([0545292](#)), Certidão Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União ([0545295](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0545295](#)), Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica ([0545298](#)), Certificado de Regularidade do FGTS- CRF ([0545300](#)), documentos pessoais dos representantes ([0545301](#) e [0545304](#)), Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA ([0545310](#)) e Estatuto Social da citada associação ([0545309](#)).

A Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP elaborou o Plano de Trabalho ([0545312](#)) contendo dados do interessado do convênio pleiteado, descrição de seu objeto, suas metas, suas etapas de execução, previsão do período de execução do objeto e a informação de inaplicabilidade de plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso.

Por sua vez, a SGP se manifestou favorável ao documento citado e submeteu os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC para elaboração da minuta do convênio ([0546014](#)).

Em atendimento ao despacho exarado pela SAOFC ([0546246](#)), a SECONT elaborou minuta de convênio para regular a avença ([0563177](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico nº 149/2020 ([0563763](#)), concluiu pela aprovação da minuta de convênio, vez que quanto à forma, conteúdo e observância da legislação está adequada e contempla os fins a que se propõe. No entanto, ressaltou a necessidade de complementação da documentação necessária para firmar a parceria pretendida com este órgão público antes de sua celebração (certidões de regularidade com as Receitas Estadual e Municipal e negativação junto ao CADIN), conforme item 9 do Parecer nº 42/2009-CCIA ([0545311](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SGP se manifestou pela autorização da formalização do Convênio e submeteu a minuta à apreciação desta Diretoria-Geral ([0566983](#)).

Por fim, foram juntadas aos autos novas certidões relativas à proponente ([0567012](#)).

Inicialmente cabe registrar, que a parceria buscada por meio do Convênio que se pretende firmar, encontra normatização na Lei 8.666/93 que dita todos os critérios analíticos/parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos. Além disso, obedece às regras específicas estabelecidas pelo art. 45 da Lei n. 8.112/90, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.690/2016 e pela Instrução Normativa TRE/RO nº 003/09.

Verifica-se, nos termos do bem lançado Parecer Jurídico nº 149/2020 ([0563763](#)), que o convênio pretendido reúne as condições para sua aprovação, cuja minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, realização de consignação de contribuição mensal da associação dos servidores mencionada.

Vale registrar, que o referido ajuste será realizado em caráter gratuito, ficando este Tribunal isento de responsabilidade, por inadimplência ou por descumprimento do compromisso, financeiro ou obrigacional, contraído pelos beneficiários dos descontos indicados no Acordo, conforme CLÁUSULA OITAVA da minuta.

Assim, pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, bem como vislumbrando a viabilidade e vantajosidade para este Tribunal, **esta diretora-geral APROVA o Plano de Trabalho COTEP [0545312](#)**, nos termos do item 9, alínea "e", do Parecer Técnico n. 042/2009/CCIA, por conter os requisitos fixados pelo § 1º do art. 116 da Lei 8.666/93 e **AUTORIZA a celebração de Termo de Convênio entre este Tribunal e a Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e Ministério Público da União – ANAJUS**, consoante minuta aprovada pela Assessoria Jurídica.

À SGP para providenciar, previamente à celebração da parceria, a complementação da documentação necessária indicada no item 16 do Parecer Jurídico nº 149/2020.

Após, à SAOFC pra continuidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/08/2020, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0567400** e o código CRC **BBA5BF14**.

0001080-15.2015.6.22.8000

0567400v8

Criado por 026098941465, versão 8 por 004577222313 em 10/08/2020 18:10:00.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 156, sexta-feira, 14 de agosto de 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio n. 03/2020/TRE-RO, assinado em 13/08/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ANAUJUS, CNPJ: 09.613.521/0001-04. Objeto: Autorização para consignar, facultativamente em folha de pagamento, a rubrica relativa à mensalidade destinada à manutenção dos serviços oferecidos pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ANAUJUS. Fundamentação Legal: Art. 45 da Lei nº 8.112/90, as disposições do Decreto Federal nº 8.690/2016, Decreto Federal nº 3.297/1999 e da Instrução Normativa TRE-RO nº 003/2009. Vigência: 60 meses, a contar do dia 13/08/2020. Signatários: Pela Conveniente, a Senhora LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Conveniada, o Senhor WILFREDO CARLOS FERNANDES CARNEIRO. Processo SEI n. 0001089-15.2015.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 18/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 0000779-92/2020, publicada no D.O.U de 13/05/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de publicações bibliográficas, nos termos e condições estabelecidos no edital e seus anexos. Novo Edital: 14/08/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Balneário União Velho - PORTO VELHO - RO. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/08/2020, às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDERLEIDSON REIS
Pregoeiro

(SIDEC - 13/08/2020) 070024-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020 - UASG 70028

Nº Processo: 0001480-26.2020.6. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de armas de fogo, equipamentos e materiais para garantir a Segurança Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, conforme as especificações e condições definidas nos Termos de Referência. (Anexo I do Edital). Total de Itens Licitados: 12. Edital: 14/08/2020 das 08h00 às 12h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 - Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70028-5-00031-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/08/2020 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JECKSON SOUZA CRUZ
Assistente de Licitação

(SIASGnet - 13/08/2020) 70028-00001-2020NE000033

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020 - UASG 70028

Nº Processo: 0001700-24.2020.6. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais/bens de consumo (Disco SSD para servidores), conforme as especificações e condições definidas nos Termos de Referência. (Anexo I do Edital). Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/08/2020 das 08h00 às 12h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 - Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70028-5-00032-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/08/2020 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JECKSON SOUZA CRUZ
Assistente de Licitação

(SIASGnet - 13/08/2020) 70028-00001-2020NE000033

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 50/2020

Objeto: Aquisição de material técnico em áudio e vídeo. Data de julgamento: 07/08/2020. Empresas vencedoras: FELIX ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA (Item 5); CLEBER NASCIMENTO DA ROSA (Itens 1 e 3); JAIR DOS REIS SILVA JUNIOR (Item 4); GABRIELA BRESOLIN (Item 7); e FREIRE AGUIAR COMÉRCIO AUDIOVISUAL EIRELI (Item 2). O Item 6 foi deserto.

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE
Pregoeira

(SIDEC - 13/08/2020) 070020-00001-2020NE999999

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020 - UASG 70020

Nº Processo: 19.585/2020. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para a central de ar condicionado, tipo VRF, marca HITACHI, instalada no Edifício Sede do TRESC. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/08/2020 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior N. 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00053-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/08/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2020).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 12/08/2020) 70020-00001-2020NE999999

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 04 ao Contrato de Prestação de Serviços 103/2017, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a empresa A ABBA SERVIÇOS GERAIS LTDA - ME. b) Objeto: prorrogar o prazo de vigência e alterar a redação da cláusula 6ª do Contrato Inicial. c) Fundamento Legal: Cláusulas 19ª e 20ª do contrato inicial c/c art. 57, II, e art. 65, II da Lei 8.666/93. d) Prorrogação: de 25/08/2020 a 25/08/2021. e) Vigência e eficácia: a partir da data de sua publicação no D.O.U. f) Valor estimado do contrato: R\$ 10.509,19. g) Data da assinatura: 13/08/2020. h) PA: 1001033/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 01 ao Contrato de Prestação de Serviços N. 142/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA. b) Objeto: prorrogar o prazo de vigência, exceto para o item 11 do Anexo I, e alterar a redação da cláusula sétima do Contrato inicial. c) Fundamento Legal: Cláusula 20ª e 21ª do contrato inicial c/c art. 57, II, e art. 65, II da Lei 8.666/93. d) Prorrogação: de 19/08/2020 a 19/08/2021. e) Vigência e eficácia: a partir da data de sua publicação no D.O.U. f) Valor estimado do contrato para 12 meses: R\$ 448.034,60. g) Data da assinatura: 13/08/2020. h) PA: 0020694/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 02 ao Termo de Permissão de uso 009/2018, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e o BANCO ALFA S/A. b) Objeto: Alterar a área ocupada do termo de permissão de uso inicial. c) Fundamento Legal: Cláusula 7ª do termo de responsabilidade vinculado ao termo de permissão de uso inicial c/c art. 367, XXII do Regulamento Interno do TJDF e art. 65, II, da Lei 8.666/93. d) Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU. e) Data da assinatura: 13/08/2020. f) P.A. N.: 0012068/2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S/A; a) espécie: 6ª TA ao contrato de empreitada por preço global para a execução de serviço suporte técnico remoto de 1ª nível (service desk), suporte técnico presencial de 2ª nível e suporte a problemas a usuários internos do TRT/NU (Proc. 380/2017); b) fund. legal: art. 65, Inciso II, alínea "d", Lei 8.666/93; c) objeto: revisão (relativa ao período de 01/04/2020 a 30/06/2020), o reajuste e a respectiva contraprestação; d) impacto orçamentário: R\$ 91.260,41, para o exercício de 2020 e R\$ 2.952,36, para 2021; e) vigência: os efeitos serão contados das datas indicadas na cláusula terceira até 12/01/2021; f) assinam em 04/08/2020 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e a Sra. Maria Magali Bredariol, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contrato 039/2019, Proad 51683/2019. Partes: TRT-2ª Região e a Empresa Especialy Tercelização Eireli. Objeto: Prestação dos serviços de copelagem no TRT da 2ª Região. Valor mensal: R\$ 122.539,73. Vigência: 14/09/2020 a 13/09/2021. Assinam em 13/08/2020, pelo TRT-2ª Região: Rilmá Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, pela empresa: Roberto Morato Junior, Diretor.

02ª Termo Aditivo ao Contrato 001/2020, Proad 34931/2019. Partes: TRT-2ª Região e a Empresa Archangel's Segurança e Vigilância Eireli. Objeto: Reduz a prestação de serviços e valores por 90 dias. Assinam em 13/08/2020, pelo TRT-2ª Região: Rilmá Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, pela empresa: Ubiratã Jesus Fernandes, Proprietário.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020 - UASG 80010

Nº Processo: 68195/2020. Objeto: Registro de Preços para atualização de 20 (vinte) licenças do software JAWS de versões anteriores para a Versão 2020 ou superior, aquisição de 10 dispositivos externos Hardlock Dongle USB e contratação do serviço SMA - Software Maintenance Agreement, que dá direito a duas atualizações futuras. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 14/08/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A, Sala 710, Barra Funda - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/80010-5-00036-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/08/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

KATYANE SOARES BRINGENTI
Diretora Substituta da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

(SIASGnet - 13/08/2020) 80010-00001-2020NE000054

RETIFICAÇÃO

Espécie: Retificação do extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 041/2017, Proad 57568/2018, publicado na pág. 109 do D.O.U, Seção 03, em 13/08/2020. Onde se lê "11/11/2020", leia-se "11/08/2020".

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. CNPJ: 01.298.583/0001-41. Contratada: Multilaser Industrial SA, CNPJ: 59.717.553/0006-17. OBJETO: Fornecimento de 90 (noventa) termômetros de aferição de temperatura à distância e 1.080 (mil e oitenta) pilhas alcalinas para seu funcionamento. Sem contrato, entrega em até 15 dias úteis após o empenho. Valor total: R\$ 18.452,70 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação, nos termos do art. 4º da Lei 13.979/2020. DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES 1.68029 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais - Plano Orçamentário: 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Natureza da Despesa: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar (termômetros) e 3.3.90.30.26 - Material Elétrico (pilhas). Autorizada por Sandra Pimentel Mendes, Diretora-Geral, em 11/08/2020 e ratificada pelo Exmo. Desembargador Presidente José Murilo de Moraes, em 12/08/2020. e-PAD 19261/2020.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trj.br/autenticidade.html>, pelo código 05302020081400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 157

Porto Velho, sexta-feira, 14 de agosto de 2020

10

ABERTURA: As propostas serão abertas no sítio www.comprasnet.gov.br, às 14h30min do dia 27 de agosto de 2020 (horário de Brasília). A sessão pública será operada diretamente no sistema [comprasnet](http://comprasnet.gov.br), no portal de compras do Governo Federal.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: A partir do dia 14 de agosto de 2020, nos sítios da internet www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-ro.jus.br ou, ainda, mediante solicitação formal através do e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: (69) 3211-2082.

Porto Velho, 12 de agosto de 2020.

ANDERCLEDSON REIS

Pregoeiro

EXTRATOS DE CONVÊNIO

PROCESSO: SEI N. 0001080-15.2015.6.22.8000 - CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES MENSIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

Espécie: Termo de Convênio n. 03/2020/TRE-RO, assinado em 13/08/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ANAJUS, CNPJ: 09.619.521/0001-04. Objeto: Autorização para consignar, facultativamente em folha de pagamento, a rubrica relativa à mensalidade destinada à manutenção dos serviços oferecidos pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ANAJUS. Fundamentação Legal: Art. 45 da Lei nº 8.112/90, as disposições do Decreto Federal nº 8.690/2016, Decreto Federal nº 3.297/1999 e da Instrução Normativa TRE-RO nº 003/2009, e, subsidiariamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro). Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar do dia 13/08/2020, e não poderá ser prorrogado. Signatários: Pela Conveniente, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Conveniada, o Senhor Walfredo Carlos Fernandes Carneiro.

1ª ZONA ELEITORAL

INTIMAÇÕES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600053-10.2020.6.22.0001

PROCESSO : 0600053-10.2020.6.22.0001 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOVA MAMORÉ - RO)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

REQUERENTE : FLORISMAR BARROSO RODRIGUES

ADVOGADO : ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO (6350000/RO)

ADVOGADO : DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS (2013000/RO)

ADVOGADO : JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO (4315/RO)

REQUERENTE : RENI PARENTE DA SILVA TELES

ADVOGADO : ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO (6350000/RO)

ADVOGADO : DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS (2013000/RO)

ADVOGADO : JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO (4315/RO)